

**“EU NÃO MEREÇO SER ESTUPRADA”:
UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO
SOBRE A PERCEPÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA**

Thaiza de Carvalho dos Santos (UnB)

thaizacarvalho@hotmail.com

Elizabete Raiol (UnB)

RESUMO

Nesta proposta, reflito sobre o papel da mulher na sociedade e de como estes discursos revelam as diferentes relações que se estabelecem entre a forma de como as mulheres estão se percebendo e como a sociedade percebe a sua sexualidade. Objetivando, desta forma, refletir sobre a representação da mulher na sociedade brasileira, no tocante ao seu corpo e a sua sexualidade. Para tanto, analisa-se a pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), realizado entre maio e junho de 2013, “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas” e a manifestação do movimento “Eu não mereço ser estuprada” que ‘nasceu’ como protesto e resposta ao resultado da pesquisa do IPEA. Estes textos indicam que existe um padrão discursivo na atribuição do *status* da mulher na sociedade brasileira a partir destes discursos e que, apesar das graduais mudanças legais e sociais, ainda se verifica a hegemonia masculina no que tange ao gozo da liberdade sexual feminina. Os subsídios teórico-metodológicos deste estudo encontram-se na análise de discurso crítica, de Fairclough (1999, 2003). Também serão utilizados estudos de Raiol (2013, 2014) e Vieira (2005). A categoria de análise desta pesquisa considerará os aspectos discursivo-textuais propostos por Fairclough (1999, 2003), a saber: identificação (construção da identidade e identificação dos atores sociais); intertextualidade (relações semânticas-gramaticais) e interdiscursividade.

Palavras-chave: Análise de discurso crítica. Sexualidade feminina. Violência sexual.

1. Introdução

Este estudo reflete sobre como a figura feminina é representada pela sociedade, no tocante a sua sexualidade. Nele discuto o papel da mulher na sociedade brasileira à luz da análise do discurso crítica.

Para isso, analiso dois textos, a saber: Gráfico 24 “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”, da pesquisa sobre tolerância social à violência contra as mulheres, realizada pelo IPEA⁵⁹ e publicada no SIPS⁶⁰, em março de 2014; o texto da campanha “Eu não mereço ser estuprada”, publicado na rede social Facebook em 27 de março, escrito pelo jornalista Nana Queiroz em resposta ao resultado da pesquisa sobre violência contra a mulher do IPEA.

Estes textos tratam de um ponto importante para a compreensão da identidade e da sexualidade feminina, objeto deste estudo. Mostram que o papel feminino, relacionado a sua identidade é dependente de condições como vestimentas e comportamento, impostas por uma sociedade historicamente machista.

A identidade feminina, de acordo com Raiol (2014, no prelo) está relacionada com as mudanças decorrentes da globalização. Nesta a mulher assume papéis sociais antes ocupados somente pelos homens; conquista o direito ao seu corpo, mas ainda não é “senhora” dele.

Compreendendo que o conceito de identidade é importante para a afirmação social de um sujeito, Raiol (2014) fundamenta que a sexualidade feminina define o *modus* de ser da mulher. O corpo deixa de ser visto como objeto do outro para ser símbolo de defesa, de ideais, crenças. O corpo é uma forma de ser. Nele estabelecemos fronteiras que nos definem, logo o corpo também fundamenta nossa identidade.

Neste sentido, os textos que ora analiso representam imediatamente duas formas divergentes de percepção do corpo feminino e da sexualidade da mulher nesta sociedade globalizada, concordando com Raiol (2014). É desta divergência que trato, no intuito de compreender como se identifica a mulher e sua sexualidade na sociedade brasileira.

⁵⁹ O Ipea é uma fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. As pesquisas realizadas pelo instituto servem como suporte técnico e institucional para ações governamentais a fim de que sejam criadas ou reformuladas políticas públicas.

⁶⁰ O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) é uma pesquisa domiciliar e presencial que visa captar a percepção das famílias acerca das políticas públicas implementadas pelo Estado, independentemente destas serem usuárias ou não dos seus programas e ações. A partir desta 2ª edição, a pesquisa passa a ser realizada em 3.809 domicílios, em 212 municípios, abrangendo todas as unidades da federação. Passa também a ser utilizado o método de amostragem probabilística de modo a garantir uma margem de erro de 5% a um nível de significância de 95% para o Brasil e para as cinco grandes regiões.

Dito isto, apresento minhas reflexões a partir, primeiramente, de uma breve discussão teórica na qual exponho minhas concepções sobre identidade e discurso baseada, respectivamente, em Vieira (2005), Raiol (2014) e Fairclough (2001).

Em seguida, faço a análise dos textos, com destaque aos aspectos: representação do discurso, pressuposições, negação, ironia e intertextualidade. E por último, teço minhas considerações finais sobre o estudo.

2. *Um pouco de teoria*

Nesta sessão discuto sobre dois conceitos importantes, são eles: identidade e discurso.

2.1. Sobre a identidade

Woodward (2013) afirma que a identidade é relacional, e que a diferença se estabelece por marcações simbólicas relativas a outras identidades. Nesta relação, a identidade da mulher está intrinsecamente relacionada à masculina a partir de condições sociais e materiais que historicamente delinearam o papel da mulher na sociedade como “inferior” ao do homem. Aqui tratarei de dois aspectos desta identidade feminina, a de esposa e de mãe.

Historicamente, a mulher vem sendo representada como esposa e mãe. Na condição de esposa a mulher estava a serviço do marido e seu corpo era propriedade dele. Aqui a sexualidade estava relacionada a concepção, emergindo seu segundo papel: o de mãe. Neste papel a mulher, já assexuada e sublimada, é por vezes elevada a condição de “santa” (vide RAIOL, 2014).

Vê-se, deste modo, que em ambos os papéis a mulher não é sujeito de si, nem de seu corpo. Ao contrário, ela é paciente da vontade do marido e objeto de procriação. Para Woodward (2013) o corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade – por exemplo, para a identidade sexual (p. 15).

Para Vieira (2005) as diferentes ordens do discurso, responsáveis pelas mudanças do sujeito, constituem a identidade feminina. Para a autora a identidade, por natureza é híbrida e inconstante.

No que se refere a identidade da mulher nos textos analisados percebe-se que existem dois posicionamentos completamente distintos. No texto do IPEA o corpo feminino é tratado como objeto, sendo a mulher agente passiva na sociedade e que precisa seguir “normas”, caso contrário esta será a condição para que o homem tenha pleno acesso ao seu corpo. Já no texto divulgado pela jornalista existe um posicionamento em relação a defesa desse corpo, uma revolta a favor da própria identidade feminina. Encontro nesse sentido relação com o conceito de ideologia proposto por Fairclough (2001) que entende que as ideologias são significações/construções da realidade que são constituídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, reprodução ou a transformação das relações de dominação (p. 117).

2.2. Sobre o discurso

O termo “discurso” proposto por Fairclough (2001) que será utilizado neste trabalho propõe considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais (p. 90). Visto desta forma o discurso é um modo de ação, uma maneira que as pessoas podem agir sobre o mundo e, especialmente, sobre os outros e também “um modo de representação”, ou seja, como um sujeito representa o mundo e outros sujeitos sociais (p. 91). Estas implicações serão de grande ajuda para que se torne possível delinear algumas trajetórias que este trabalho propõe seguir, a fim de analisar tanto questões externas ao texto, considerando o contexto em que o texto se encontra; suas intertextualidades e interdiscursividades (aspectos que serão esclarecidos mais a frente) quanto aquilo que está efetivamente significado.

Para ilustrar a concepção do discurso trago uma figura em que Fairclough (2001) representa “as três tradições analíticas” (p. 101):



Fig. 1. Conceção tridimensional do discurso. Fairclough 2001, pg. 101.

Nesta figura é possível perceber que o texto está inserido em uma prática discursiva que envolve a “produção, distribuição e o consumo textual” (FAIRCLOUGH, 2001). Essa prática discursiva, por sua vez, está inserida na prática social, e “é constitutiva tanto de maneira convencional como criativa: contribui para reproduzir a sociedade como é, mas também contribui para transformá-la” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92). A prática social, por sua vez, envolve os conceitos de poder, ideologia e hegemonia, surgindo então uma relação dialética entre ambas “que considera a prática e o evento contraditórios e em luta, com uma relação complexa e variável com as estruturas, as quais manifestam apenas uma fixidez temporária, parcial ou contraditória” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94). A prática discursiva relaciona-se estreitamente com a noção da identidade feminina, pois por meio da ideologia é possível que o sentido dessa prática seja firmado, reafirmado ou transformado. Essa prática engloba as relações de dominação, abrangendo a questão de “inferioridade” feminina nos muitos discursos atuais. A identidade feminina é, portanto, criada/transformada pela prática discursiva ideologicamente motivada.

3. *Sobre os textos; um olhar sobre o corpo da mulher*

Por ser o texto o evento discursivo mais específico será o objeto e foco de análise. Aqui apresento os textos que serão analisados neste estudo.

4. *Da pesquisa do IPEA*

O trecho que será analisado foi retirado do próprio site do instituto e faz parte de uma pesquisa de indicadores de percepção social, que con-

sistiu basicamente em coletar respostas de 3.810 indivíduos de regiões metropolitanas e não metropolitanas das cinco grandes regiões do Brasil. Os respondentes deveriam dizer se concordam parcial ou totalmente, se discordam parcial ou totalmente ou se são neutros em relação a frase “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser estupradas”. O resultado mostrou que 58,8% dos entrevistados concordam com essa afirmativa, o que gerou um movimento muito grande, não só entre as mulheres, mas em grande parte da sociedade brasileira. Foi desse resultado, digamos espantoso, que surgiu o movimento “Eu não mereço ser estuprada”, que também será analisado neste trabalho.

Segue abaixo o texto na íntegra:

Tolerância social à violência contra as mulheres (IPEA)

Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas. Brasil (maio/junho 2013)

(Em %)

A culpabilização da mulher pela violência sexual é ainda mais evidente na alta concordância com a ideia de que “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros” (58,5%). Por trás da afirmação, está a noção de que os homens não conseguem controlar seus apetites sexuais; então, as mulheres, que os provocam, é que deveriam saber se comportar, e não os estupradores. A violência parece surgir, aqui, também, como uma correção. A mulher merece e deve ser estuprada para aprender a se comportar. O acesso dos homens aos corpos das mulheres é livre se elas não impuserem barreiras, como se comportar e se vestir “adequadamente”.

Essa frase também é relevante por apresentar variações significativas segundo algumas características. Mais uma vez, residentes do Sul/Sudeste e jovens têm menores chances de concordar com a culpabilização do comportamento feminino pela violência sexual, que também são menores inversamente ao nível educacional dos entrevistados. Contudo, chama atenção o fato de que católicos têm chance 1,4 vez maior de concordarem total ou parcialmente com essa afirmação, e evangélicos 1,5 vez maior.

A diferença de postura de tolerância/intolerância à violência doméstica e à violência sexual reafirma mais uma vez a dificuldade de se estabelecer no Brasil uma agenda de direitos sexuais e de direitos reprodutivos e uma visão de que os corpos das mulheres a elas pertencem. Neste sentido, demandas feministas presentes há décadas ainda são bastante atuais em nosso país, e a permanência de ideias tão avessas a uma perspectiva de direitos humanos, apesar de confirmarem estudos qualitativos e percepções gerais sobre o ambiente social, ainda causam espanto. (Grifos nossos)

5. *Do movimento “Eu não mereço ser estuprada”*

O segundo texto a ser analisado é a descrição do grupo “Eu não mereço ser estuprada” que nasceu em decorrência dos resultados da pesquisa realizada pelo IPEA. Foram inúmeros os grupos criados para protestar sobre os resultados, mas escolhi para esta análise o grupo criado pela jornalista brasileira Nana Queiroz. A jornalista de 28 anos liderou nas redes sociais o movimento que repercutiu nas mídias do mundo inteiro. Mais de 40 mil mulheres aderiram ao chamado da jornalista para posarem para fotos sem camisa com um cartaz escrito “Eu não mereço ser estuprada”.

Encontra-se aqui o texto do movimento:

Uma pesquisa do IPEA mostrou, ontem, que 65,1% dos brasileiros acha que mulher que mostra o corpo merece ser estuprada. Acreditam?!

Você não concorda com isso? Nem eu! Então bora mostrar o corpo pra mostrar o quão revoltadas estamos?

A ideia é que a gente tire a roupa e se fotografe, da cintura para cima, com um cartaz tampando os seios com os dizeres “Eu também não mereço ser estuprada” e postemos, todas juntas, ao mesmo tempo, online. Quem tá dentro? (Grifos nossos)

6. *Identidade feminina: IPEA versus Nana*

Inicialmente, no que tange a análise textual e aos elementos de análise propostos por Fairclough (2001), analisarei o controle interacional e a estrutura textual.

O trecho selecionado possui uma estrutura formal, não inovadora em relação a forma textual. É fácil perceber que o discurso do IPEA, e aqui também coloco minha análise da prática discursiva e social em que esse texto se encontra, não é neutro, assim como nenhum outro é, ele direciona alguns pensamentos, e mais do que explicitar os resultados obtidos faz também algumas inferências. Podemos notar isso quando lemos frases como: “por trás da afirmação”; “esta frase também é relevante”; “chama a atenção”. Tais frases, por assim dizer, direcionam o olhar do leitor para aspectos que o próprio IPEA gostaria de chamar atenção. Neste ponto recorro novamente a Fairclough quando define o conceito de intertextualidade, tão fundamental para a análise do discurso: “O conceito de intertextualidade aponta para a produtividade dos textos, para como os

textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes para gerar novos textos” (2001, p. 135).

Dessa forma vemos o texto não como um discurso inédito, único, mas como uma fala preenchida por outras vozes. Essa intertextualidade no discurso do IPEA encontra-se de maneira sutil. Ao falar sobre a mulher, seu comportamento e seu corpo, de uma forma posicionada, percebo que o IPEA identifica a identidade feminina como passiva, “frágil”, que pode ser facilmente condicionada ao modo de se vestir e se comportar na sociedade. Esse discurso, por sua vez, se relaciona com discursos historicamente marcados em relação a mulher e seus papéis sociais, e que agora se encontra em um contexto muito mais globalizado, mas que mesmo assim ainda não se transforma significativamente.

Com relação a identidade feminina, que é o tema deste trabalho, analisei as palavras que se encontram associadas a palavra “mulher”, a fim de perceber como a representação da identidade feminina, principalmente no tocante a sua sexualidade, aparece neste trecho. As frases encontradas foram as seguintes: “A culpabilização da mulher pela violência sexual é ainda mais evidente”; “as mulheres, que os provocam, é que deveriam saber se comportar”; “A mulher merece e deve ser estuprada para aprender a se comportar”; “O acesso dos homens aos corpos das mulheres é livre se elas não impuserem barreiras”.

É essencial destacar que tais frases encontram-se inseridas em um contexto específico, e que meu objetivo neste trabalho é relacionar, com base nos pressupostos teóricos da análise do discurso crítica, tais palavras com a representação feminina. Para Fairclough “os tipos de discurso diferem não somente no modo como eles representam o discurso, mas também nos tipos de discurso que eles representam e nas funções do discurso no texto representador” (2001, p. 153).

No discurso do IPEA podemos ver palavras que referem-se à mulher como sendo agente passivo nesta relação, e muitas vezes a culpada, sendo que na verdade a mulher é a principal afetada segundo os indicadores de percepção social. A palavra “culpabilização” indica a ideia de que a mulher que foi vítima de estupro ou violência de alguma forma contribuiu para que isso acontecesse, principalmente pelo seu modo de se vestir e se comportar. As regras de comportamento, vestimenta e participação social da mulher nos levam a séculos passados. Se pensarmos na era vitoriana, por exemplo, podemos ver que as mulheres não eram donas de si mesmas, elas tinham normas a seguir, existiam regras de como se ves-

tir e se comportar. Como uma grande forma de repressão, por exemplo, existia o uso obrigatório de espartilhos muito apertados, que praticamente as sufocavam. Elas eram vistas como vitrines do lar, precisavam se comportar perfeitamente, não apenas na sociedade, mas também para seus maridos em suas próprias casas; não tinham liberdade alguma, e sua função era apenas de procriadora e cuidadora. Percebemos então que neste caso é clara a intertextualidade desse discurso atual com um discurso passado, muito marcado para as mulheres. Voltando ao trecho analisado, a palavra “culpabilização” é praticamente impossível de ser usada em um contexto em que a única coisa que a vítima de estupro ou violência doméstica não tem é culpa.

Em seguida, o texto traz a ideia de provocação da mulher, que dessa vez é vista por um ponto sexual. É de conhecimento de todos a trajetória feminina na história, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Desde os tempos mais remotos as mulheres eram vistas como objetos sexuais, que “funcionavam” apenas como cuidadoras do lar e procriadoras, como vimos no exemplo das mulheres da era vitoriana. A sexualidade feminina não era nem mesmo um assunto a ser discutido. Com o passar do tempo, com o advento principalmente dos movimentos feministas, muitos aspectos da relação da mulher com a sociedade mudaram. Porém, é possível ver, nos dias de hoje, como a sexualidade feminina virou objeto. Podemos pensar nessa provocação da mulher como uma forma de representatividade da sexualidade feminina, esse termo se encontra no texto como causa, ou até mesmo justificativa, para o comportamento de homens que violentam mulheres. Hoje podemos ver facilmente nas propagandas de televisão, nos filmes, nas novelas, na mídia em geral, que a sexualidade feminina é comumente usada como identidade da mulher, dizendo por trás disso que todas as mulheres são provocadoras e usam sua sexualidade ou sensualidade como “arma”. Visto que a representação pressupõe uma identidade, podemos nos perguntar: quem coloca essa noção de sexualidade? É a própria mulher ou outros discursos são responsáveis por isso? Se voltarmos ao conceito discurso nos lembramos de que o discurso pode ser compreendido como “modo de representação”. Neste caso a representação acontece por meio de outros sujeitos sociais, que são responsáveis por produzir discursos como os descritos no relatório do IPEA. (FAIRCLOUGH, 2001).

Outras duas palavras que estão, no texto, relacionadas a figura feminina, em relação à violência contra a mulher são: merecem e devem. Agora encontramos duas palavras que geraram grande polêmica; analisa-

remos com cuidado. A frase “A mulher merece e deve ser estuprada para aprender a se comportar” encontra-se totalmente isolada entre pontos, isso mostra que existiu uma intenção de chamar atenção para a frase. Ela poderia vir situada dentro do trecho de outra forma, que não a marcaria tanto. Mas existe esse posicionamento por parte do IPEA, tratando a mulher como agente passiva, sem voz. Retomando a frase anterior a essa, temos a ideia de correção, a violência seria uma forma de punição para a mulher que não sabe se comportar, o estupro, portanto, seria também uma forma de correção. A palavra “merecem” está também na frase original perguntada aos entrevistados (Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas), mas a palavra “devem” foi inserida nessa análise do IPEA, e é uma inferência que a própria instituição faz e que dá ênfase a ideia de que o homem tem total controle e acesso ao corpo da mulher.

A palavra “devem” nesse contexto gerou muita polêmica, visto que é inconcebível dizer que alguém, homem ou mulher deve ser estuprado. Primeiramente porque o estupro é um crime hediondo, e ninguém falaria que alguém deveria praticar um crime hediondo, porque para isso não existe justificativa. Porém, podemos ver que quando se refere a mulher, existe uma condição, que funciona da seguinte forma: A mulher deve se comportar, se vestir adequadamente, cumprir seu papel na sociedade, caso ela não faça isso ela merece e, mais do que isso, deve ser estuprada ou violentada.

A próxima frase relacionada a figura feminina é: “O acesso dos homens aos corpos das mulheres é livre se elas não impuserem barreiras.” Primeiramente, devemos nos atentar ao uso da palavra “acesso”, segundo o dicionário Aurélio online essa palavra comumente é utilizada como chegada, passagem, entrada em algo ou algum lugar. O uso do termo nesta frase monta a ideia de que o corpo das mulheres é um objeto ao qual o homem, e somente ele, tem acesso. Esse acesso se torna livre, então, se elas não colocarem barreiras como se vestir “adequadamente” (essa é a continuação da frase, que agora insere a palavra adequadamente entre aspas). Essa é a única vez em todo o trecho do discurso do IPEA em que são usadas as aspas. Elas indicam um eufemismo por parte de quem escreve, dando a ideia de que não existe uma forma correta de se vestir e que, portanto, vestir-se adequadamente é muito relativo. De fato isso é uma verdade, a noção de adequação não é fixa, ela muda de acordo do ponto de vista de quem está dizendo que tal coisa é adequada. Porém, devemos lembrar de todo o discurso anterior; em nenhum momento foi

utilizado o recurso das aspas para amenizar ou relativizar determinada expressão.

Para a última frase é necessário introduzir mais um conceito de Fairclough, agora sobre pressuposição. É interessante a frase em que diz que “as pressuposições são formas efetivas de manipular as pessoas, porque elas são frequentemente difíceis de desafiar”, ou seja, quando essas pressuposições são manipuladas dificilmente o ‘interpretante’ conseguirá perceber, pois para isso ele deve ter “experiências e suposições particulares em textos anteriores”. (2001, p. 157). Este é o caso da última frase analisada neste trecho. Quando é dito que: “A diferença de postura de tolerância/intolerância à violência doméstica e à violência sexual *reafirma mais uma vez a dificuldade* de se estabelecer no Brasil uma agenda de direitos sexuais e de direitos reprodutivos”. Ao utilizar o verbo ‘reafirmar’ fica pressuposto que no passado, em algum momento já houve alguma afirmação e que agora faz-se necessário reafirmar, e aí também existe uma redundância ao dizer “reafirma mais uma vez”. Talvez essa reafirmação retome eventos históricos do passado como a revolução feminista que ocorreu no Brasil por volta do século XIX, onde, sobretudo as mulheres lutaram para que houvesse direitos iguais para homens e mulheres, principalmente em relação à sexualidade. Partimos agora para o texto do movimento “Eu não mereço ser estuprada”.

No início do texto produzido pela jornalista vemos que o pronome indefinido ‘uma’ foi utilizado de forma intencional (assim como é a motivação de todo o discurso) para possivelmente relativizar a confiança ou importância do IPEA. No lugar deste pronome poderia ser colocado um artigo definido, que segundo Fairclough afirmaria um pressuposto. Neste caso a ideia de que a pesquisa realmente mostrou tais dados, e que não é apenas uma suposição.

Ao utilizar a pergunta isolada ao final do primeiro parágrafo, a autora coloca novamente em questão a confiabilidade do instituto, e faz uso também da ironia, que para Fairclough “depende de os intérpretes serem capazes de reconhecer que o significado de um texto ecoado não é o significado do produtor do texto.” (2001, p. 159). Neste caso a ironia é sutil, pois para a autora do texto é inconcebível que alguém possa acreditar de fato nos resultados da pesquisa, ou mesmo que acredite na veracidade dos dados não pode aceitar com normalidade.

“As frases negativas são frequentemente usadas com finalidades polêmicas”, diz Fairclough (2001, p. 157). Elas também funcionam como

intertextualidade, pois negam ou contestam outros textos. Aqui, portanto, a frase negativa pressupõe que o interpretante também não concorde com os resultados da pesquisa, visto que fica pressuposto que é inaceitável que alguém possa concordar.

Por fim, a última frase é um chamado para que as mulheres que também se sentiram como a jornalista tirem as roupas e se fotografem com a placa dizendo “Eu não mereço ser estuprada”. Nota-se que aqui utiliza-se os verbos no imperativo, que dão a noção de ordem ou convocação. É possível traçar um paralelo novamente com o movimento feminista com o que propõe a jornalista. Ao lembrarmos da revolução feminista surge na nossa mente imagens de mulheres tirando os sutiãs e queimando-os nas ruas das grandes cidades. A figura é praticamente a mesma. Agora, neste quadro as mulheres tiram suas roupas, que é uma nova forma de repressão, e se fotografam, gerando imagens que serão divulgadas mundialmente.

7. Conclusão

À luz dos conceitos teóricos utilizados neste estudo e com base em minhas concepções em relação a identidade feminina, percebo em ambos os textos analisados, que existem posicionamentos diferentes em relação principalmente ao corpo da mulher. Como mencionei, concordando com Woodward (2013), nosso corpo serve como fronteira na identificação de nossa própria identidade. Portanto, como é trazido no texto do IPEA, o corpo feminino é o objeto em jogo na relação social entre homem e mulher, onde a figura masculina tem pleno direito ao acesso ao corpo da mulher caso ela não saiba se comportar ou se vestir adequadamente.

Percebo, ao fim deste estudo que as relações entre homens e mulheres, mesmo com o advento da globalização e da modernização está impregnada com ideias e crenças passadas, uma delas de que os principais papéis da mulher é o de ser mãe e esposa, e que sua plenitude acontece apenas na concepção de uma vida.

Tais discursos traçam um pequeno panorama de como a identidade feminina encontra-se hoje. Muito se fala no progresso social feminino, mas é fácil perceber que esse “progresso” ainda é muito limitado, principalmente quando percebemos que a sexualidade feminina está completamente condicionada a fatores como a vestimenta. Noto também que es-

sa condicionalidade não se aplica ao homem. Em nenhum momento, no texto do IPEA, a figura masculina aparece de forma passiva, ela só se encontra na forma ativa, ao ter o direito de cometer violência contra a mulher como forma de punição caso ela não cumpra as normas socialmente ditas adequadas.

Questiona-se muito em relação aos respondentes da pesquisa realizada pelo IPEA. Blogs e comunidades da internet perguntam se alguém já foi entrevistado ou se conhece alguém que respondeu a alguma das perguntas descritas no relatório do IPEA. Então, a quem essas perguntas são direcionadas? Existe um posicionamento ideológico muito marcado nesse discurso. Qual seria o objetivo disso? Tais questões devem ser pensadas de maneira mais profunda a fim de que haja uma discussão mais consistente em relação a como a identidade feminina é de fato entendida em nossa sociedade brasileira.

O movimento “Eu não mereço ser estuprada” e o texto publicado pela jornalista Nana Queiroz mostram que existe muito o que fazer na caminhada pelo reconhecimento do pertencimento do corpo da mulher à sua própria identidade. A jornalista, através de seu discurso publicado nas redes sociais, convoca as mulheres a se manifestarem em relação ao discurso que cerceia a liberdade feminina não só no aspecto de como se portar e vestir, mas também na própria liberdade da construção de sua identidade.

Pensar em como a identidade feminina é percebida na nossa sociedade é fundamental para percebermos também a construção de outras identidades, e outros discursos presentes, visto que tais textos retomam discursos de outros sujeitos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Trad.: Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

RAIOL, Elizabete N. O discurso mercantilista on line: o corpo em leilão. In: ANTUNES, J. (Org.). *Revista Discursos Contemporâneos em Estudo*. Brasília: Centro de Pesquisas em Análise de Discurso Crítica. Brasília: Edição do autor/CEPADIC. (No prelo).

RAIOL, Elizabete Nepomuceno. *A identidade da mulher brasileira: 43 anos de discursos e representações do corpo e da sexualidade feminina*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

na mídia. 2014. Dissertação (Mestrado). – Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Linguística. [A defender].

VIEIRA, Josênia Antunes. A identidade da mulher na modernidade. *DELTA*, vol. 21, n. especial, p. 207-238, 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502005000300012&lng=en&nrm=iso>.